

ACTA Nº. 20

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 28-02-09

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor João Aires Moreira Mora Leitão**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos Senhores **Rui Pedro Dias Gonçalves** e **Fernando José Guia Barbosa**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Barata António, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, João Carlos Rosa Pedro, Sérgio Miguel Gil Nunes, Paulo Jorge Martins Beirante, Rui Vítor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

António Isidro Neves Ferreira Marques, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, José Maria Laranjeira Campanhe, Manuel Mesquita Domingues, Marta Isabel de Amaral Nogueira Pedro e Carlos Alberto Pato das Neves. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Carla Sofia Roma de Oliveira, Luís Filipe Dias Grácio e Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** a Senhora: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores, Senhores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Luís Manuel Antunes e Carlos Manuel Godinho Matias.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram dez horas e cinco minutos, começando por dar posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, que substitui o Senhor Sérgio Manuel Carrondo Amaro, do Partido Social Democrata. -----

Após a leitura da acta avulsa de instalação e do respectivo juramento por parte do novo membro, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou-a investida nas funções. -----

De seguida, foi colocada à discussão e posterior votação a acta número dezanove da Assembleia Municipal. -----

Pedi a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Na página oito, no terceiro parágrafo, onde se lê *alunos*, deve-se ler *professores*. -----

Na página vinte e três no último parágrafo e na página vinte e quatro no segundo parágrafo, onde está *Stand Bay*, deve ser *By*. -----

Na página trinta e três no sexto parágrafo, onde se lê *passse*, deve ler-se *passse social*. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a acta número dezanove à votação.-----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DEZANOVE: -----

A acta número dezanove foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, dois votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e três abstenções, por não se encontrarem presentes na referida sessão, sendo uma do Partido Social Democrata, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Bloco de Esquerda. -----

De seguida, entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor **Ferreira Marques** apresentou os seguintes pedidos de esclarecimento:

“A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, solicita ser informada sobre:-----

A Certificação em Qualidade dos Serviços da CME mormente dos Serviços Financeiros e o de Obras e Urbanismo que, ao que julgamos saber, o respectivo processo terá sido iniciado há já longo tempo.-----

Também gostaríamos de ser informados se o executivo alguma vez discutiu a possibilidade de se proceder à Certificação Ambiental dos edifícios camarários”-----

Por outro lado, vou também referir um aspecto de importância, dirigido à Câmara Municipal, em que nos apraz relevar a decisão de colocar em prática, a sugestão avança pelo vereador do Partido Socialista, Senhor Alexandre Zagalo, em reunião do executivo, de se proceder à instalação dos pontos de recolha de óleos alimentares domésticos usados, dado o impacto negativo que ocorre hoje ao serem lançados para as redes públicas de afluentes domésticos ou através de outras opções não monitorizadas. -----

Sábia decisão Senhor Presidente, e nós como legítimos representantes dos cidadãos do Entroncamento, em nome deles o agradecemos. -----

“ Senhor Presidente, em tempos não muito recuados, falou-se do desejo de vir a ser possível o retorno do Ensino Superior para o Entroncamento. -----

Na altura, tínhamos ficado com a ideia que o Senhor Presidente da Câmara iria envidar esforços no sentido de se encontrar uma porta aberta para o efeito.-----

Entretanto, o município da nossa vizinha Golegã viu instalado um Centro de Estudos Superiores Especializados em parceria com o Instituto Politécnico de Tomar. E nós? -----

O Entroncamento que possui um Pólo extraordinário afecto à REFER, onde muito já se ensinou e se aprendeu.-----

Regredimos de uma forma lamentável. -----

A bancada do PS e, provavelmente muitos outros cidadãos gostariam de saber se existe alguma informação relevante sobre o assunto.”-----

“ A bancada do PS solicita ser informada de quantas reuniões foram efectuadas pelo Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento, a que o Senhor Presidente da Câmara preside, desde que foi empossada. -----

Gostaríamos, também, de ser informados das decisões que eventualmente tenham sido tomadas.”-----

“A bancada do PS ficou apreensiva quando constatou a construção de uma rotunda na Av. Vulgarmente designada da Estação, junto ao tribunal. -----

Uma rotunda pode parecer normal, mas, com tanto espaço disponível no local e irem construir uma rotunda tipo “Portugal dos Pequeninos”?! -----

Francamente, não percebemos. E não nos venham, eventualmente, dizer que não há soluções alternativas; não concordamos, há muitas geometrias possíveis. -----

A rotunda será definitiva?” -----

“ A bancada do PS solicita ser informada se a obra do edifício Millenium/Serviços de Obras da CME, já teve a recepção definitiva? -----

Se sim, gostaríamos de saber qual foi o diferencial entre o valor final da obra e o valor orçamentado e adjudicado.” -----

“ A bancada do PS solicita informação relativamente ao Parque de estacionamento frente ao Pingo Doce. -----

Solicitamos informação da situação daquele espaço: É propriedade da Câmara ou é propriedade privada? Se for privado, em que condições foi cedido ao município? –

Por outro lado, contíguo a este espaço, existe um espaço em condições indescritíveis. De quem é e a que se destina? -----

Contíguo a este espaço encontra-se um edifício de habitação construído sobre uma cave ampla de dois pisos, amplamente exposta, a que se destina? -----

O município é, eventualmente, interessado em parte daquele património?” -----

*Continuou o Senhor **Pato das Neves** que procedeu à leitura do seguinte pedido de informação: -----*

“ 1. A bancada do PS solicita ser informada, através de relatório detalhado, desde Fevereiro de 2001 até à presente data, sobre as acções desenvolvidas pelo Executivo tendentes à revisão do PDM. -----

“ 2. O Executivo PSD resolveu vender um terreno de cerca de 20.000m2, que o anterior Executivo PS destinara a um Equipamento Escolar que integraria o 2º. Ciclo, à tanto esperado na Zona Norte do Concelho de onde diariamente se deslocam a partir das 07H30 da manhã, em transporte dos pais, familiares e públicos, mais de 420 jovens, dois terços, dos 630 que frequentam a Escola Dr. Ruy d’Andrade, sita no outro extremo do Concelho. A venda foi aprovada no Executivo com voto de qualidade do Presidente o que não obviamente não significa por maioria e muitíssimo menos por maioria de dois terços, como é exigido pela Lei 5-A de 2002 – (alínea g) do nº. 1 do artº. 64º.) para o valor em causa. Dado que não estavam reunidas as condições exigidas pela Lei como foi possível a assunto ter sido remetido para a AM onde foi, aliás, apenas aprovado com os votos do PSD? E, já agora, onde param os cerca 2.500.000.00 € porque pretensamente foi “vendido” o terreno? A quem foi vendido? A bancada do PS solicita A.M. na pessoa do Sr. Presidente que providencie de imediato, junto quem de direito (Tribunal Administrativo ou Ministério Público ou IGAL) o devido esclarecimento para o qual a bancada do PS disponibiliza de imediato dossiê, organizado, contendo toda a informação disponível. -----

3. A Lei das autarquias postula no nº. 4 do artigo 68º. -----

Da informação prevista na alínea e) do nº. 1 do artigo 53º. Devem também constar obrigatoriamente as matérias referidas na alínea d) do nº. 1 do mesmo artigo, bem como o saldo e estado actual das dívidas a fornecedores, e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos.

Analizando a informação do Sr. Presidente depreende-se que não há nenhum processo pendente. Será verdade ou será uma manobra de ocultação inaceitável, para a nossa bancada. -----

Solicitamos informação.” -----

O Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO

“ Considerando que: -----

1. Já em Setembro de 2006, o Ministério da Saúde informou a Câmara do Entroncamento de que até ao final desse ano se iniciariam os trabalhos de ampliação do Centro de Saúde.-----
2. Em Junho seguinte, estiveram uns técnicos no Entroncamento, a verificar se, de facto, seria preciso alterar o projecto de Ampliação e Modernização do Centro de Saúde. Na mesma altura, Gomes Branco, então responsável da Administração Regional de Saúde, reconhecia publicamente que as obras estavam realmente atrasadas.-----
3. Em Outubro de 2007, nos mapas do Orçamento Geral de Estado para o ano seguinte (2008), o governo PS só inscreveria 50 mil euros, que mal dariam para o projecto.--
4. O responsável da ARS até reconheceria que o financiamento “não é suficiente para a obra entrar em estaleiro” mas continuou a garantir que em 2008 é que seria.-----
5. Finalmente, no 1º. semestre do ano passado (2008) foi aberto concurso público para a execução dos trabalhos, com a entrega das propostas a ser feita até 14 de Agosto de 2008. -----
6. Depois disso, se fez novamente silêncio sobre o assunto. A última promessa era de que no terceiro trimestre do ano passado é que era, as obras arrancariam mesmo. Depois, nova promessa, já seria até ao final do ano. Foram novas promessas falhadas – uma e outra.-----
7. Sendo certo que o Orçamento Geral de Estado para este ano (2009) fixou uma verba de 900 mil euros para a execução do projecto, até agora não se vislumbra sinal de obras – e todos conhecemos projectos dotados financeiramente, mas que acabam por não ser executados.-----

A situação já ultrapassa os limites do admissível.-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento decide: -----

1. Repudiar o atraso continuado do início das obras de ampliação do Centro de Saúde. -----
2. Manifestar a sua indignação com as continuadas falsas promessas, justificações incoerentes, e meias verdades, desinformação, e deixa andar, que tem enfermado todo o processo. -----
3. Recomendar à CME contactos urgentes com as entidades responsáveis, nomeadamente ARS e Ministério da Saúde, tendo em vista a concretização rápida e definitiva das obras de ampliação do Centro de Saúde.” -----

Continuando o Senhor **Luís Grácio** referiu: “ A moção que nós apresentamos tem a ver com as eternamente adiadas obras de ampliação do Centro de Saúde do Entroncamento. -----

Nomeadamente já desde Setembro de 2006, que o Ministério da Saúde informou a Câmara que iria proceder a obras, que têm vindo sucessivamente a serem adiadas com diversas justificações e argumentações. -----

Primeiro porque o projecto tinha que ser alterado, depois vieram verificar se o projecto necessitava efectivamente de ser alterado, chegou-se à conclusão que se podia avançar com as obras, foi lançado o concurso, foi promessa de que no final do ano transacto que se iriam iniciar as obras, o processo arrastou-se, estamos já a iniciar o terceiro mês deste ano e de obras não se vê nada. -----

Portanto, nós entendemos que não podemos deixar que o processo se arraste e que, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal devam tomar uma posição pública de repúdio pelo atraso continuado que as obras vêm sofrendo, no sentido que a Câmara Municipal envidasse esforços de solicitar uma rápida resposta a estas questões”. -----

O Senhor **António Ferreira** referiu: “ Este assunto é discutido nos órgãos da Câmara Municipal, há quase uma década, a ampliação do Centro de Saúde. -----

Destacaram-se nesta luta pela ampliação do Centro de Saúde, a Coligação Democrática Unitária e o Partido Social Democrata ao longo destes anos, mas as coisas parecem não se mover. -----

A Coligação Democrática Unitária tinha uma proposta inicialmente para a ampliação do Centro de Saúde, que a ampliação devia ser feita nesta fase em cima dos terrenos que estão por detrás do Centro de Saúde e não ser feita em cima de outras áreas, nomeadamente daqueles terrenos que estavam sujeitos ao plano de pormenor e aquela urbanização que está para crescer, porque isso permitiria imediatamente fazer a ampliação do Centro de Saúde. -----

Por outro lado, as promessas e as dotações em termos de PIDDAC, elas foram feitas durante muitos anos mas de uma forma insuficiente, ou seja, os valores estavam lá só para tapar os olhos. Houve um esforço para essas verbas serem aumentadas e fazerem face às necessidades da ampliação, foi-nos prometido o ano passado, até final de Setembro pela ARS o começo das obras, agora a ARS vem dizer que não, as obras não podem começar porque os terrenos não estão na nossa posse. Gostaria que isto fosse bem esclarecido aqui, se a Câmara tem alguma culpa de os terrenos ainda não estarem na posse da ARS.” -----

Prosseguiu a Senhora **Maria Isilda:**” Começo por aonde acabou o Doutor António Ferreira para lhe dizer, que neste País nunca foi razão para não fazer obras, estarem ou não na posse formal das entidades, os terrenos de alguma coisa, ao que sei, ainda temos no nosso concelho alguns casos de terrenos que foram utilizados por entidades nacionais e que ainda nem sequer estão registados em nome delas. -----

As obras foram feitas, os edifícios têm sido utilizados continuamente e a titularidade dos bens continua a ser doutrem e não das entidades. Portanto, esse argumento pode ser um bom argumento mas não colhe, pode haver outros argumentos, aquilo que eu questiono neste momento é da boa vontade do governo ou da ARS, para levarem a bom porto esta obra, porque de facto há todas as condições para a obra começar.” -----

Continuou o Senhor **Ferreira Marques:** “ Foram abertas aqui uma data de frentes em relação a esta matéria. -----

Diz a Doutora Isilda que de facto há uma série de situações no Entroncamento, em que foram edificadas obras sem o terreno estar em nome do edificador da obra, já agora, gostávamos de saber que situações são essas que nós desconhecemos e aparentemente do domínio público e se poder fazer uma lista exaustiva disso, era importante.” -----

A Senhora **Maria Isilda** referiu: “ Eu não lhe vou fazer uma lista exaustiva, vou-lhe pedir apenas, que peça à ARS o documento de titularidade da propriedade do actual Centro de Saúde, talvez o encontre.” -----

Prosseguiu o Senhor **Ferreira Marques:** “ Eu não disse isso, falou que havia uma série de situações no Entroncamento, gostávamos de saber quais. “ -----

Retorquiu a Senhora **Maria Isilda:** “ Respondi-lhe com aquela que é o assunto objecto do nosso problema. -----

Peça o registo na Conservatória, que é aquele que vale do actual Centro de Saúde, veja se o encontra? “ -----

Respondeu o Senhor **Ferreira Marques**: “ Não estou a falar do Centro de Saúde, estou a falar das outras obras que referiu, se não as diz, é porque não existem, portanto, está metade dito.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação.-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra o Senhor **António Ferreira**, que referiu: “ O primeiro assunto já o temos trazido muitas vezes à Câmara e que nos coloca algumas preocupações, que é a questão relacionada com o património do Entroncamento. -----

Um alerta que deixamos aqui, é a necessidade desse património na revisão do PDM ser incluído e defendido como deve ser, que esse património esteja devidamente registado e à posteriori sejam desenvolvidas as demarches noutros âmbitos para a protecção desse mesmo património. -----

Continuo a deixar aqui a preocupação em relação ao património industrial ferroviário, que está em adiantado estado de degradação e adiantado estado de degradação não é só o edifício Camões, mas uma série de outros equipamentos que estão ao abandono, que se estão a deteriorar a olhos vistos e que nada está a ser feito, nem pela REFER, nem pela Câmara Municipal nas demarches que deve desenvolver para defender esse património. -----

Temos levantado muitas vezes o caso do edifício Camões e a Câmara tem uma responsabilidade naquele edifício, a Câmara tem aquele espaço alugado, paga renda por aquele espaço e deve como inquilino preservar aquele espaço. -----

Nós apresentámos uma proposta de recomendação, perguntamos se pode ser vista e incluída no quarto ponto da ordem dos trabalhos. -----

Temos aqui também a questão da resposta dada pela CP à Assembleia Municipal, relativamente à qualidade dos serviços prestados e passava a palavra ao Senhor Engenheiro Mário Eugénio.” -----

Referiu o Senhor **Mário Eugénio**: “ Queria tecer dois ou três comentários relativamente à carta que nós recebemos do Engenheiro Cardoso dos Reis, em resposta à moção que enviámos, sobre a qualidade do serviço prestado aos passageiros no trajecto entre o Entroncamento e Lisboa. -----

O Engenheiro Cardoso dos Reis refere três pontos, num dos quais, no primeiro nos dá razão, dizendo que a questão do aumento dos preços, ele diz que a soma dos dois serviços se traduz num valor superior ao preço praticado anteriormente para a assinatura combinada. -----

Diz-nos que é sensível às consequências que a medida trouxe para os clientes e está em análise uma solução que não nos seja tão penalizada. -----

Portanto, ele dá-nos nitidamente razão, não seria de esperar outra resposta uma vez que os preços que hoje custam as assinaturas para Lisboa e os bilhetes particularmente estão completamente desadequados ao serviço que nos é prestado pela CP. -----

Eu faço todos os dias a viagem Entroncamento Lisboa e Lisboa Entroncamento e a primeira vez que comecei a ir diariamente para Lisboa foi há vinte e cinco anos e hoje

levo mais tempo a fazer a viagem do Entroncamento para Lisboa do que fazia há vinte e cinco anos atrás, é completamente incompreensível que eu saía daqui às oito e cinco da manhã, para chegar a Lisboa às nove e cinquenta, não passa pela cabeça de ninguém, para fazer cem quilómetros levar uma hora e quarenta e cinco minutos. -----

De tarde, para cima, é precisamente a mesma coisa, porque tirando os Inter-Cidade, que já passam aqui pouco - eu sou ferroviário mas pago assinatura - se quiser andar no Inter-Cidades pago todos os dias mais quatro euros para baixo e mais quatro euros para cima, para vir um bocadinho mais depressa, mas a generalidade das pessoas, queixam-se que o preço é desmesurado. -----

Penso que esta Assembleia deve voltar a este assunto, apesar da resposta do Engenheiro Cardoso dos Reis nos dá, de que está em análise uma solução que não nos seja tão penalizante. -----

A segunda questão do passe social, julgo que ele terá razão na resposta que nos dá, não é da competência da CP. -----

No terceiro ponto, também me revejo na resposta que ele dá, é que, os atrasos nos comboios têm a ver com investimentos da responsabilidade da REFER e por isso, ele não é culpado como operador. -----

Julgo que esta moção foi enviada à REFER, devemos aguardar e estar atentos à resposta, isto é verdade, eu trabalho na REFER e sei que isto é verdade. -----

O que eu peço, é que esta Assembleia não pare aqui, porque a resposta que a CP nos dá, já é motivo para nós continuarmos atentos, a resposta que a REFER nos irá dar, seguramente nos vai também obrigar a isso.”-----

Pedi a palavra a Senhora **Maria Isilda** que referiu:” Queria apenas referir uma questão que me surpreendeu recentemente e que no início dos momentos anteriores à sessão também me voltou a preocupar-me. -----

O Entroncamento constituiu após uma deliberação de Junho de 2004 da Câmara Municipal e de Setembro do mesmo ano da Assembleia Municipal, o Conselho Municipal da Juventude, é um órgão que existe, que está a funcionar com a periodicidade legal, isto é, com reuniões ordinárias trimestrais e estranhamente, é nos pedido num momento em que sai legislação de reformulação dos Conselhos Municipais de Juventude é lançado o desafio ao Município para a sua constituição. -----

Digo estranhamente, porque esta informação consta do site da Câmara Municipal, é uma deliberação da Assembleia e da Câmara, que são órgãos com informação pública e supostamente saiu de uma organização de juventude de um partido que tem assento nestes dois órgãos, é evidente que não tem assento enquanto organização de juventude até à data, no nosso Conselho Municipal de Juventude, porque na altura o regulamento não o previa, a nova Lei incorpora a participação de associações de juventude. -----

O Senhor vereador com a responsabilidade sobre o pelouro da juventude, tem estado a trabalhar neste sentido e no dia em que saiu a legislação, já ele tinha informação como é que terá de proceder sobre esta matéria para adaptação da nova legislação à nossa realidade. -----

Só queria registar, que nós somos um dos quatro concelhos do distrito de Santarém, que têm instituído e a funcionar o Conselho Municipal de Juventude. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao público presente. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pedi a palavra o Senhor Manuel Bravo Ferreira da Mata: “ Queria colocar algumas questões sobre a não substituição dos plátanos em frente à SCAFA, na requalificação do Largo José Duarte Coelho. -----

Entendemos que nos causa muitas perturbações, ao café, ao edifício e às pessoas, no inverno passado tivemos vários problemas que as árvores nos criaram, com infiltrações de água no edifício provocadas com a queda das folhas. -----

Na altura vi pedir auxílio à Câmara, falei com o Senhor vereador João Fanha, a Câmara respondeu cortando os ramos, na altura falei com o Senhor Vereador que disse que todas as árvores que se encontravam no Largo iriam ser substituídas. -----

Também me disse, que a Câmara tem um princípio, que em relação aos plátanos, sempre que houver requalificação de espaços, eles seriam substituídos. -----

Depois de várias reclamações dos sócios e clientes, começaram a reclamar que as árvores iam ficar no local e fui falar novamente com o Senhor vereador, que me confirmou que as árvores não iam ser substituídas. -----

As árvores causam-no bastante transtorno, quer com as folhas que entopem os algerozes, invadem o café e a esplanada, o problema do pólen que nessa altura as mesas estão todas amarelas e as pessoas sofrem com isso, o problema dos pássaros que ali pernoitam. -----

O que nós queríamos, era a possibilidade de a Câmara reconsiderar a decisão tomada, de as árvores serem substituídas, conforme foram todas as outras. “ -----

Entrou-se de seguida na ordem dos trabalhos. -----

-----ORDEM DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO UM-----

DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS.

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Os vários partidos apresentaram os nomes das pessoas que escolheram e que são: -----

Pelo Partido Social Democrata a Doutora Maria João Mourão Rosa Pedro.-----

Pelo Partido Socialista a Doutora Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho. -----

Pelo Bloco de Esquerda a Doutora Maria Joana Romão Cachucho. -----

Pela Coligação Democrática Unitária a Doutora Lina Maria Correia Gonçalves Lopes. -----

Como se trata de nome de pessoas a votação será secreta. “-----

Após a votação, verificou-se o seguinte resultado: -----

A lista A obteve vinte votos a favor. -----

Um voto em branco. -----

Não votaram a Senhora Célia Leal e o Senhor Rosa Pedro, por estarem ligados directa/indirectamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NUMERO DOIS -----

ESTATUTOS DA AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO MÉDIO TEJO -----

Pediu a palavra o Senhor **Manuel Mesquita**: “ Este documento afigurasse-nos algo confuso. -----

No artigo segundo, são enumeradas todas as tarefas a que se propõe esta associação, pelo descrito, esta associação mais nos parece um novo ministério do ambiente e da energia, para a realização de tantas e variadas tarefas, parece-nos que virá a ser necessário um vasto número de técnicos o que implicará por certo, um grande esforço financeiro. -----

Gostaríamos de saber, qual o quadro de pessoal a criar no imediato e como pretende a associação ter os recursos necessários ao seu funcionamento. -----

Se é já dito que é necessário um conselho de administração, composto por cinco elementos, os quais poderão ser renumerados – artigo décimo nono – então, também devia ser definida a composição do quadro de pessoal técnico e administrativo. -----

O artigo quinto, diz-nos que a agência pode ter, associados, fundadores ordinários e honorários. -----

Gostaríamos de saber quem são os associados fundadores” -----

Prosseguiu o Senhor **Mário Eugénio**: “ Do nosso ponto de vista, uma entidade destas deve trazer-nos uma melhoria do desempenho energético da região, do País e contribuir obviamente para a melhoria do desempenho energético a nível global. -----

Quando falamos de energia e ambiente, vem-nos sempre à memória o Tratado de Quioto e não é demais referi-lo, traçou objectivos para os Países, para as comunidades, lembramo-nos sempre de reduções de consumo, de gases de efeitos de estufa e sobretudo e essa é a parte que nos interessa mais, um estímulo à eficiência energética, que consideramos que ainda há muito a fazer. -----

Julgo que devemos dar um enfoque nas novas forma de energia, ouvimos falar disto todos os dias, na eficiência dos transportes públicos e nos individuais, aparecem agora novos regulamentos técnicos com vista a conseguir uma maior eficiência de energia, nomeadamente ao nível da construção. -----

Já que estamos a falar numa agência regional para a nossa área, convirá referir que é um crescimento, de certo modo desorganizado que assistimos nos anos oitenta e noventa, deverá seguir-se o futuro, um desenvolvimento mais seguro e sustentável, sobretudo preocupado com a defesa e a qualificação quer do serviço público, quer no serviço privado, mas, sobretudo no serviço público na salvaguarda do ambiente. -----

Para nós, os objectivos da agência vão ser e é assim que a vemos, deverão ter fundamentalmente com a promoção de uma melhor utilização de energia, em particular das energias renováveis e portanto, estamos a ver estas agências com essa função importante da promoção da melhor utilização da energia e também, com uma tarefa importante na protecção do ambiente, com o objectivo num desenvolvimento sustentável da região. -----

Nessa perspectiva, nós apoiamos a criação das agências regionais de energia e no caso particular desta, cujo estatuto estamos a aprovar hoje.” -----

Continuou a Senhora **Carla Roma**: “ De uma maneira geral, esta é uma iniciativa com a qual o Bloco de Esquerda se congratula e cujos estatutos, nós iremos votar favoravelmente. -----

Consideramos que esta é uma iniciativa interessante, ambiciosa e esperamos vir a sentir de perto os resultados. -----

Esperamos que a Autarquia saiba tirar o maior partido do apoio que é proposto para este projecto, mas, perdoam-nos as reservas, mas até ao momento as preocupações com as questões ambientais não têm sido propriamente uma prioridade deste Executivo, pelo contrário, e como devem estar lembrados, o Bloco de Esquerda já apresentou aqui mais do que uma proposta de recomendação à Câmara, em 2007 e posterior em 2008, propostas essas que foram aqui aprovadas por unanimidade e que apontavam no sentido da adopção de medidas que estimulassem políticas ambientais positivas e uma construção ambiental sustentável. -----

Propostas essas, que mais uma vez lembro, foram aqui aprovadas por unanimidade e que não tiveram qualquer tipo de consequência até agora, ficando na gaveta, a não ser, claro, que nos queiram convencer que o motivo desta inércia toda, fosse a antevisão da criação desta agência regional de energia, não nos parece de facto. -

De qualquer forma, esperamos a todo o momento a Câmara Municipal nos surpreenda pela positiva e comece a mostrar que estas questões ambientais, são de facto uma preocupação, preocupação esta, que não se esgote aqui e agora, com a aprovação destes estatutos.” -----

Usou da palavra o Senhor **Ferreira Marques** que referiu:” Nós na realidade preocupa-nos as questões ambientais e a prova disso, é que fizemos há pouco um pedido de informação, sobre, se alguma vez a Câmara se preocupou no sentido de caminhar na certificação ambiental dos edifícios, patrimónios da Câmara, o que iria naturalmente racionalizar um conjunto de gastos, que tem a ver com papel, energia, água, etc.-----

Em relação a este ponto, o meu camarada Manuel Mesquita já referiu um conjunto de informações, que não são suficientemente esclarecedoras dos objectivos desta agência. -----

Quando se fala em gastos sumptuosos que vão aparecendo por aí, vê-se mais um grupo de pessoas, nos conselhos de administrações regionais, triplica-se e quadruplica-se as agências regionais. -----

Embora concordamos com os estatutos, não temos informação suficiente sobre isto, vamo-nos abster.”-----

A Senhora **Maria Isilda** referiu:” Relativamente a este documento, o Partido Social Democrata vai votá-lo favoravelmente não só, pela matéria em si mas também, porque ele surge no âmbito da nossa participação, na actual Comunidade Inter-Municipal do Médio Tejo e surge, pela vontade do desenvolvimento de acções no sentido da criação desta agência, de todos os Municípios, da antiga Comunidade Urbana, hoje Comunidade Inter-Municipal do Médio Tejo, em articulação com os Municípios da Comunidade Inter-Municipal do Pinhal Interior Sul. -----

É de facto, um conjunto de partes que se pretendem constituir num todo para levar a bom porto algumas iniciativas conjuntas, algum trabalho conjunto que obviamente poderá ter muito mais sucesso, se for partilhado e desenvolvido por um grupo maior.-----

Existe alguma informação sobre isto nomeadamente na Net, e vem na sequência do trabalho, ao que sei, pela equipa do Professor Augusto Mateus no âmbito do Médio Tejo e em colaboração com outras comunidades. -----

Relativamente à questão dos cargos, é um problema que temos sempre, mas que existe hoje, como existiu no passado e como vai continuar a existir. -----

Também não consigo negar um trabalho futuro, pensando apenas nessa componente, acredito acima de tudo, que vai haver o bom senso e a razoabilidade suficiente para que, como noutras situações e noutros órgãos, as pessoas possam participar sem a tal renumeração, até porque hoje a legislação coloca alguns condicionamentos nessa matéria, pelo menos, às pessoas que já têm funções renumeradas noutros organismos públicos e portanto, terá de haver o bom senso, até porque, parte do dinheiro que vai ter de sair para a agência, vai sair das respectivas Comunidades Inter-Municipais e necessariamente para lá chegar, há uma parte que vai dos respectivos municípios. -----

Não estou a ver os nossos Presidentes de Câmara, a dizer, nomeiem-se lá os senhores, que nós aqui na Câmara estamos cheios de dinheiro, para dar para uma agência que está um bocadinho mais longe, acho que, é o argumento que é mais difícil de fazer colher, sendo que, numa primeira fase do que vi dos documentos, obviamente que terão de ser as Comunidades Inter-Municipais a suportar em termos técnicos, em termos de pessoal, aquilo que vão ser os trabalhos desta agência. -----

Quanto ao texto propriamente dito, temos aquela dificuldade que é: ou votamo-lo favoravelmente ou não votamos, mas podemos questionar algumas coisas, no entanto, nem sequer podemos alterar porque isto é um regulamento e portanto, ou dizemos sim ou dizemos que não, eventualmente poderemos fazer uma sugestão ou outra, que certamente será acolhida numa próxima revisão. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número dois da ordem dos trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois, “ **Estatutos da Agência Regional e Ambiente do Médio Tejo**, foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTO ATÉ 2.855.000.00 EUROS -----

Pediu a palavra o Senhor **Ferreira Marques**: “ Dadas as dificuldades financeiras que a Câmara enfrenta, consideramos que não é correcto contrair neste momento um novo empréstimo no valor de 2.855.000.00 euros. -----

De acordo com a informação que nos foi facultada na reunião de vinte de Dezembro do ano passado, a dívida da Câmara era de cerca de onze milhões de euros. –

Consultando o mapa da dívida de longo prazo, que acompanha o orçamento do ano corrente, verificamos que estão previstos encargos com juros dessa dívida, no valor de quatrocentos e oitenta e oito mil euros e seiscentos e sessenta e seis mil euros com a amortização, o que totaliza um milhão e duzentos mil euros, o novo empréstimo virá agravar ainda mais a situação. -----

Atendendo ao que atrás referimos e tendo em conta a situação da crise geral que se vive, pensamos que deveria haver alguma contenção no endividamento da Câmara, tanto mais, que várias das obras em curso, segundo o nosso parecer, não são prioritárias nem contribuem para o desenvolvimento do concelho, antes pelo contrário. -----

Atendendo ao incómodo que os trabalhos provocam e ao facto dos prazos de execução se protelarem por tempo quase indeterminado, essas obras têm um impacto negativo na actividade económica, nomeadamente no comércio e serviços. -----

É referido no documento sobre este tema, que a Câmara dispõem de capitais próprios para os investimentos em curso, de quatro milhões de euros, então, porque não são feitos investimentos até este valor? -----

Pelo que foi dito, iremos votar contra esta proposta. “ -----

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Como é sabido, a Câmara está a recorrer ao empréstimo, pelas justificações que nos foram dadas, porque os dinheiros do QREN estão atrasados e não há outra hipótese de corresponder às exigências e às necessidades de quem está no local a trabalhar com os seus trabalhadores, portanto as empresas estão sem receber, portanto, é esta a oportunidade do empréstimo. -----

É referido no empréstimo, que a Câmara teria meios suficientes de fazer as obras se o QREN já estivesse desbloqueado, já decorreram três anos do início do QREN e até este momento, só três por cento do QREN é que foram aproveitados. -----

Há um enorme atraso que nós já aqui alertámos várias vezes para essa situação, não é da responsabilidade da Câmara, e isto é uma das questões, que nos vai levar a votar em determinado sentido. -----

Outra questão, é a forma como as instituições bancárias neste momento estão a dar crédito às Câmaras Municipais, das consultas que foram feitas, vários bancos nem

sequer responderam, outros responderam delicadamente que não tinham hipóteses neste momento, outros deram um spread de tal forma elevado, que é para nos dizer, nem pensem. -----

Em relação ao melhor spread que é o da Caixa Geral de Depósitos, com um virgula quarenta e sete, é um spread extremamente elevado, que nem nós para as nossas casa pagamos, que pagamos à volta de zero virgula seis por cento, é só para vermos que há entidades bancárias que estão na disponibilidade de dar crédito, mas, por aqui, tiramos uma elação, é que as entidades empregadoras que estão no terreno, essas é que não têm mesmo direito a crédito neste momento, está tudo parado, o que para nós é uma grande preocupação. -----

Por outro lado, este credito é indispensável neste momento para fazer face à estagnação que existe no concelho e para o pagamento das obras que estão a ser feitas neste momento, nós Coligação Democrática Unitária podemos dizer que as obras não seriam as nossas, não é o nosso orçamento da Câmara, não são as nossas prioridades. ---

Também achamos que há aqui uma dose em termos eleitoralistas, já o denunciámos anteriormente. -----

Este empréstimo é indispensável para pagar aos fornecedores, que neste momento estão com a corda no pescoço, só espero, que as intenções da Câmara se cumpram depois, assim que for desbloqueado o QREN, se tivermos acesso a esses dinheiros, que a Câmara não utilize este empréstimo na sua totalidade.” -----

Continuou o Senhor **Luís Grácio**: “ Independentemente das considerações de contexto que são sempre necessárias, o contexto actual da economia é complexo, é difícil as apreciações aqui e agora apresentadas na última intervenção dão disso reflexo.

Os bancos estão a criar dificuldades ao desenvolvimento da economia, do ponto de vista de disponibilizar dinheiros para a actividade normal que a economia necessita.

Estas situações têm vindo a ser previstas desde o início do ano passado que começou um processo de crise internacional financeira, que agora se alastra a uma crise económica derivada da primeira. -----

Esta situação grave e ela torna-se mais grave ainda, quando no caso concreto da nossa Autarquia termos um nível de endividamento tão elevado, nomeadamente a questão que se relaciona com um conjunto de obras em curso que necessitam de ser financiadas, algumas delas com a previsão que fossem através do QREN, que está extremamente atrasado e que causam um conjunto de dificuldades em crescendo, no caso concreto na Autarquia do Entroncamento, derivado à sua pouca disponibilidade financeira e monetária, obriga a recorrer a empréstimo, devia ter levado os responsáveis da Autarquia a ponderarem um conjunto de iniciativas que estão neste momento em curso e outras que não estando em curso, estão previstas executar. -----

Nós em relação a algumas das propostas de obras, é conhecido, não votámos favoravelmente, tivemos uma posição contrária, porque entendíamos que não eram essas as prioridades, já o manifestámos no início deste ano na discussão do Plano de Investimento para a Autarquia, nomeadamente no que se refere ao empreendimento à proposta da criação de uma escola de transito, que nos parece desajustado face à conjuntura. -----

Portanto, entendemos que a criação de mais um empréstimo no valor de 2.855.000.00 euros, vai trazer dificuldades acrescidas nomeadamente de tesouraria à Câmara. -----

A Câmara neste momento está com um pagamento mensal em encargos financeiros respeitantes a empréstimos, na ordem dos sessenta e um mil euros e vai passar para noventa e tal mil euros, o que é um encargo mensal muito significativo. ----

Nós na Câmara votámos contra este empréstimo, porque entendemos que de facto, a políticas de prioridades definida não é correcta e é nesse sentido que também iremos votar nesta Assembleia. “-----

A Senhora **Maria Isilda** referiu:” Relativamente a este documento, é difícil dizer melhor da razão deste empréstimo, do que foi explicado pelo representante da bancada da Coligação Democrática Unitária. -----

Nesse sentido, o sinal que fiz a quando das inscrições, perde um pouco e portanto o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este documento, sendo que, ele é essencialmente um documento que nos leva a cumprir uma necessidade, e que é realmente a necessidade de satisfazer compromissos para com os outros, quando as coisas foram planeadas em tempo, para que no âmbito dos programas, no âmbito dos dinheiros que devíamos ter e com a reserva que foi criada ao longo dos tempos, a Câmara Municipal pudesse satisfazer os seus compromissos e cumprir um plano de trabalhos. -----

Infelizmente nós somos obrigados a cumprir, mas outros, aparentemente são mas na prática não são e portanto, há necessidade de satisfazer para com aqueles, que nos fornecem o trabalho, para com aqueles que necessitam de pagar renumerações e portanto, minimizar as dificuldades das pessoas e daí a importância deste empréstimo para a Autarquia que certamente só será utilizado, na medida das necessidades, até porque, como me é dito, segundo me parece, o empréstimo até 2.855.000.00 euros, não significa que se tenham de gastar todo, significa que é possível chegar lá. “ -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número três à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três, “ **empréstimo para investimento até 2.855.000.00 euros**” foi aprovado por maioria, com catorze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e nove votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista e três votos do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

PROPOSTA SOBRE AS MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS PARA 2009, DE APOIO AO COMÉRCIO LOCAL – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS NÃO URBANÍSTICAS -----

Pedi a palavra o Senhor **António Ferreira**: “ Há uma proposta que nós apresentamos, acho que se devem analisar em primeiro por ordem de entrada os documentos, depois nós apresentaremos o nosso a seguir ao Bloco de Esquerda.”-----

O Senhor **Luís Grácio** referiu: “ De facto o Bloco de Esquerda apresentou na Câmara Municipal, em Dezembro último, aliás, apresentou este ano uma proposta que vinha rectificar a última actualização das taxas não urbanística, aquelas que se reflectem directamente sobre o pequeno comércio. -----

O objectivo desta proposta apresentada, era, tendo em consideração o contexto actual das dificuldades que a economia vive e o pequeno comércio em particular, entendíamos que a Câmara Municipal devia dar uma atenção especial aos pequenos comerciantes do concelho, no sentido de os aliviar de um conjunto de taxas que oneram a sua actividade, isto também, no sentido de promover o emprego e portanto, desenvolver condições mais propícias à actividade comercial dos pequenos comerciantes do concelho. -----

A primeira proposta foi analisada pela Câmara e desceu aos serviços financeiros para análise e melhor pormenorização, foi reformulada no sentido que fosse abrangido

todos os comerciantes, cuja facturação anual global não fosse superior a duzentos e cinquenta mil euros, tendo em consideração que neste quadro, com esta segmentação se iriam abranger de facto, aquilo que era o objectivo da proposta, que era os pequenos comerciantes. -----

Essa proposta foi reformulada e actualizada, com o contributo de todas as forças da Câmara Municipal, que nós nos congratulamos que tenham aceite a proposta do Bloco de Esquerda e que com ela tenham comungado esta necessidade de apoio ao pequeno comércio e portanto, essa proposta é aquela que hoje depois de reformulada e analisada em conjunto, que nós iremos votar favoravelmente, porque entendemos que ela é urgente, é necessária e inadiável.” -----

Prosseguiu o Senhor **Ferreira Marques**: “ Nós embora possamos constatar que se poderia ir mais longe, talvez fosse possível e necessário, contudo vamos aprovar a proposta do Bloco de Esquerda. “ -----

Continuou o Senhor **António Ferreira**: “ A proposta do Bloco de Esquerda incide sobre uma área que é a área do comércio. -----

Nós em relação ao regulamento de taxas não urbanísticas, lembro-me em Setembro de dois mil e quatro, votámos contra esse regulamento porque achávamos, que já na altura os valores eram extremamente elevados, sobre o comércio e não só, as outras taxas também. -----

No entanto, há aqui um pormenor que pedimos na altura para que fossemos esclarecidos em termos de um parecer, que é a distinção entre comerciantes até um determinado montante de volume de negócios e portanto, estamos a separar os comerciantes em duas categorias. -----

Na reunião da Comissão Permanente pedi para que se arranjasse um parecer dos nossos serviços jurídicos que nos esclarecessem dessa situação, para não estarmos a tomar uma medida, que depois haja o risco de a revogar à posteriori e isso é importante para nós, sabermos em termos legais, se isso é possível ou não.” -----

O Senhor **Rui Gonçalves** esclareceu: “ Fui eu que tratei desse assunto, falei com os serviços jurídicos, não se pediu parecer por escrito, porque não se viu a necessidade de tal, e foi-me dito que não havia qualquer entrave à aprovação desta proposta, nos termos em que ela está, até duzentos e cinquenta mil euros e a partir de duzentos e cinquenta mil euros, não há qualquer entrave legal para a aprovação da proposta. “ -----

Referiu a Senhora **Maria Isilda**: “ O Partido Social Democrata só pode apoiar esta proposta, afinal ela visa realmente um dos públicos que se calhar, dos mais significativos do nosso concelho, o comércio que durante tantos anos, foi grande parte da vida do Entroncamento e que queremos continue a ser. -----

Portanto, congratulamo-nos com esta proposta e em especial, com o facto de ter sido possível construí-la com a participação de todos os membros no executivo e espero também, com a participação de todos os membros da Assembleia.” -----

Prosseguiu o Senhor **António Ferreira**: “ Convém aqui dizer alguns factos. -----

Apesar de ter havido um grande aumento em termos de tabelas e taxas, mas não é pelo facto disso que o comércio local está em crise neste momento, o comércio do Entroncamento entrou em crise há vários anos e entrou em crise porque a base material do concelho perdeu-se. -----

Nós tínhamos à volta de dois mil operários na EMEF, tínhamos uma REFER forte, tínhamos outros sectores produtivos no concelho extremamente fortes e esses sectores perderam-se, não foram nestes dois últimos mandatos, isso já vem dos anos noventa e portanto, toda essa base material desaparecendo, o comércio no Entroncamento entrou progressivamente em crise. -----

Se acrescentarmos a isso a abertura das grandes superfícies, foi o facto decisivo para o comércio no Entroncamento sofresse um colapso que ainda hoje não se recuperou e portanto, há necessidade de facto de ajudarmos esse sector, mas, há mais que isso, nós só podemos ajudar esse sector, se criarmos as condições para a criação de riqueza no concelho, que leve a uma sociedade mais rica e que leve também, a que o comércio prospere. -----

Se criarmos as condições para que haja consumo e a nossa proposta vai muito nesse sentido, de haver disponibilidade em termos do poder de compra da população e por esse meio estamos também a apoiar o comércio. “ -----

Continuou o Senhor **Luís Grácio**: “ Só para finalizar da nossa parte a discussão deste tema, pressuponho que terá o apoio de todas as bancadas, pelas manifestações aqui apresentadas. -----

Queríamos deixar claro, que a nossa proposta tem em consideração, fundamentalmente a conjuntura actual, temos consciência de que de facto, as dificuldades do pequeno comércio não tem a ver com o custo das taxas, tem a ver com um conjunto de condições objectivas que se têm a vindo a desenvolver ao longo dos tempos, nomeadamente o desaparecimento de algum tecido produtivo no concelho, que tem diminuído o número de empregados no concelho, já aqui foi referido o caso da EMEF, que é um caso flagrante, esperamos agora, que com a criação de uma nova fábrica de vagons no Entroncamento venha a ser contemplado com algo de positivo nessa área. -----

Também sabemos que vão aparecer mais unidades produtivas no Entroncamento, nomeadamente na área da logística, esperemos que criem postos de trabalho directos e alguns indirectos e desenvolvam as condições necessárias para que o pequeno comércio possa manter-se activo, como foi bastante tempo. -----

Temos consciência também que, uma pequena ajuda da parte da Autarquia, uma Autarquia atenta, preocupada com os seus munícipes, é importante e é um sinal de quem é responsável pelos destinos do concelho, que está atenta às dificuldades que os diversos sectores passam e sentem. “-----

O Senhor **Ferreira Marques** referiu: “ Não sabemos até que ponto, o sector associativo das actividades económicas, se tem envolvido suficientemente na procura de soluções que minimizem os problemas que foram já aqui levantados. -----

Sabemos que o Governo criou uma linha de crédito para a modernização do comércio, cujo montante é bastante significativo, por conseguinte, não sabemos mesmo se os comerciantes e os outros operadores têm conhecimento dessas possibilidades. ----

Não tenho a certeza, se de facto as associações do sector se são dinâmicas, se são capazes de apoiar de uma forma correcta os seus associados. -----

Há que aproveitar todas as janelas abertas, para usá-las como oportunidades.” ----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro, “ **proposta sobre as medidas extraordinárias para 2009, de apoio ao comércio local - alteração da tabela de taxas não urbanísticas**” foi aprovada por unanimidade com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

A Coligação Democrática apresentou a seguinte Proposta/Recomendação:-----

PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO -----

“ Os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal de Entroncamento, cientes das dificuldades que as famílias e as Micro pequenas e Médias Empresas concelhias atravessam, entendem que o Poder Local não pode passar ao lado.-----

Assim, propomos um conjunto de medidas para combate à crise que afecta o concelho de Entroncamento. -----

Verificando-se o crescendo de uma grave crise económico-social no País, cujos sintomas se vêm agudizando há duas décadas e a que se junta, desde 2007, uma crise sistémica do capitalismo mundial, urge o Município tomar uma série de medidas como forma de amenizar os impactos adversos que estão na origem da retracção do consumo, emprego, etc....., como forma de **ajudar a actividade das empresas do concelho**, as quais representam no seu conjunto muitos postos de trabalho. -----

Por outro lado a Câmara Municipal deve fazer uma aposta forte e determinada no **aumento do rendimento disponível das famílias** em detrimento da receita pública, para assim fomentar a procura e revitalizar o comércio e os serviços locais. -----

Para 2009, e para a actual situação, propomos que a CME constitua um **Gabinete de Crise** que associe as IPSS, Juntas de Freguesias e representantes das forças partidárias, associações comerciais e empresariais com vista a acompanhar e a estudar as necessidades e as medidas a tomar quanto à crise. -----

De imediato a Câmara deve tomar um conjunto de medidas de apoio, com vista a atenuar os efeitos da crise, com sacrifício das finanças do próprio Município: -----

MEDIDAS PARA AS FAMILIAS -----

1. Realojamento dos carenciados e apoiar a recuperação da habitações degradadas de famílias com poucos recursos; -----
2. Redução do Imposto Municipal sobre Imóveis de 0,7 para 0,6 para prédios urbanos antigos e de 0,4 para 0,3 para os prédios urbanos novos avaliados; -----
3. Redução do pagamento (desconto) de 10% em todas as taxas, tarifas e licenciamentos com a excepção de contratos de arrendamento de imóveis ou parte de imóveis, e taxas e licenças que revertam para outros organismos. Esta redução em percentagem deve ser adaptada à evolução da crise; -----
4. A Redução em 10% (percentagem a adaptar à evolução da crise) do preço da água para os 2 primeiros escalões de consumo, abrangendo a grande maioria dos consumidores e a quase totalidade dos consumidores domésticos; -----
5. A Manutenção das mensalidades dos ATLS e Jardins de Infância e redução dos valores para as famílias com dificuldades económicas; -----
6. Reforço da Acção Social na área dos idosos e sobretudo da acção social nas crianças em idade escolar; -----
7. Redução em 10% do tarifário dos transportes públicos; -----

NOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS ADOPTAR MEDIDAS DE APOIO ÀS MICRO PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS APOIANDO O EMPREGO -----

8. Para além da redução do pagamento (desconto) de 10% no licenciamento de loteamentos, edifícios para habitação ou actividade económica, permitir o seu pagamento em prestações: até 1000€ três prestações e a partir de 1001€ seis prestações; -----

-
9. Para operações de loteamentos habitacionais ou industriais afectar lotes para o Município, como garantia real, sem afectação de garantias bancárias até à conclusão e entrega de respectivas infraestruturas; -----
 10. Na adjudicação de obras municipais, a dispensa de garantia bancária (para obras ao nível do solo até 200.000€); -----
 11. Criação de um Fundo de Apoio às Microempresas, com especial atenção para os sectores produtivos, em parceria com instituições de crédito, de acordo com regulamento a aprovar pela Câmara Municipal, para o estímulo ao aparecimento de novas iniciativas empresariais que promovam a criação de emprego; -----

NOS INVESTIMENTOS MUNICIPAIS (OBRAS) -----

12. Nos investimentos possíveis de realizar privilegiar a adjudicação directa a empresas locais, em obras que não careçam de concurso público; -----
13. Construir ou apoiar a construção de infraestruturas para instalação de empresas no concelho, nomeadamente nas zonas industriais I e II e outras zonas a criar com urgência; -----
14. Ampliação e beneficiação do parque escolar do primeiro ciclo do ensino básico;
15. Pressionar a REFER para que assuma as suas obrigações com a recuperação do seu património histórico industrial e construção da passagem sobre a linha de Leste; -----
16. Exigir dos respectivos ministérios da tutela a construção da Esquadra da PSP e a ampliação do Centro de Saúde; -----
17. Recuperação de Jardins, Parques e Espaços Verdes em pequenas adjudicações; -
18. Plano de Pagamento das Dívidas à Micro, Pequenas e Médias Empresas; -----
19. Intensificar o aproveitamento dos fundos comunitários do QREN.” -----

Continuando o Senhor **António Ferreira** referiu: “ Em relação à proposta do Bloco de Esquerda, entendemos que as preocupações do concelho, devem ser mais abrangentes do que as preocupações com os comerciantes. -----

Não vou ler a proposta, seria fastidioso estar a ler isto tudo, no entanto, nós apontamos a nossa proposta para três áreas. -----

A área das famílias, para haver uma atenção especial com os problemas das famílias ligadas à crise. -----

Por outro lado a área da construção no concelho, que é uma área importante e nós já vimos no caso do empréstimo para a Câmara, é muito difícil neste momento estas empresas acederem ao crédito para desenvolverem a sua actividade, é a criação de algumas medidas, no sentido de eles puderem pagar, aquilo que devem pagar à sociedade, não estamos a propor aqui, como se propôs aqui em relação ao comércio, de isentar completamente, o que estamos a propor aqui, são medidas que têm em vista facilitar estas empresas a manterem a sua actividade. -----

Propomos também aqui, e foi por isso que votámos favoravelmente o empréstimo, um plano de pagamento das dívidas às micro pequenas e médias empresas e a intensificação de utilização dos fundos comunitários. -----

A proposta que fazemos aqui, que é a criação de um gabinete de crise na Câmara Municipal em que englobe a Autarquia, as IPSS e outras entidades que estão aqui referidas, é importante nós não passarmos ao lado, não deixarmos que a crise venha até nós e ter que tomar medidas de urgência depois à posterior.” -----

Prosseguiu o Senhor **Luís Grácio**: “ Relativamente a esta recomendação da Coligação Democrática Unitária, o Bloco de Esquerda não tem nada contra, pelo

contrário, são um conjunto de questões genéricas com as quais estamos de acordo, algumas não nos parece exequíveis, mas não discordamos delas. -----

O Bloco de Esquerda vai apresentar e já está agendado para a próxima segunda feira, uma proposta no sentido de apoio aos desempregados no concelho, considerando a situação de crise que se vive, que afecta toda a gente genericamente em particular os mais desfavorecidos e desempregados e sobre isso, temos uma proposta que iremos apresentar na segunda feira, no sentido de a Câmara Municipal considere a isenção de alguns suportes na área da educação, na área das taxas da água e saneamento etc., para as famílias com desempregados. -----

Consideramos que estas propostas poderão eventualmente serem consideradas e serão de certo um contributo valioso para a reunião que vai existir na próxima segunda feira. “ -----

O Senhor **Ferreira Marques** referiu: “ Lemos com alguma apreensão o ponto oito que diz: “ *Para além da redução do pagamento (desconto) de 10% no licenciamento de loteamentos, edifícios de habitação ou actividade económica,*” isto parece-nos uma proposta dantesca, o Entroncamento como toda a gente sabe, tem uma dimensão de loteamentos que é uma coisa extraordinária e o Partido Comunista está a propor isenções para o licenciamento de loteamentos. -----

Se propusessem isenções para a recuperação de edifícios degradados de modo a que possam salvaguardar os interesses das pessoas que os possuem, ficamos à espera de uma justificação mais plausível.”-----

Respondeu o Senhor **António Ferreira**: “ Quero deixar aqui bem claro, que estamos contra qualquer isenção, achamos que os sectores produtivos, os agentes económicos deve participar no esforço do desenvolvimento da sociedade. -----

Abrimos uma excepção ainda agora em relação ao comércio, aprovando a proposta do Bloco de Esquerda, devido à situação em que se encontra esse sector. -----

Em relação ao ponto oito, a proposta que nós fazemos, é uma redução do pagamento, ou seja um desconto de dez por cento, no licenciamento de loteamentos e a facilidade de pagamento a essas mesmas pessoas, que neste momento não podem recorrer ao crédito, para pagar à Câmara imediatamente esses montantes. -----

Por outro lado, as medidas são exequíveis ou não, há aqui uma medida que podem dizer, não é exequível para este ano, que é a questão do abaixamento do IMI, é evidente que isto refere-se a decisões que vão ser tomadas este ano, para o ano que vem, as decisões em relação a este ano já estão tomadas e são irreversíveis. -----

Portanto, todas as medidas que estão aqui, algumas delas já foram tomadas noutras Câmaras, foi uma pesquisa que eu fiz em termos de algumas propostas que foram feitas em algumas Câmaras, no entanto estas pareceram-me perfeitamente possíveis de implementar no concelho. -----

Se a crise se aprofundar e por isso é que propomos o gabinete de crise, elas devem ser vistas em função da crise e da evolução da própria crise, esperamos não chegar a outras situações muito mais complicadas.-----

Gostaríamos que as outras forças partidárias apoiassem esta proposta, é evidente que a Câmara Municipal na proposta que fazemos, se entender isso com este gabinete de crise, também estará em boas condições de olhar a par e passo a situação. “ -----

Usou da palavra a Senhora **Maria Isilda** que referiu: “ Poderia começar pela parte dos loteamentos e devo dizer, que se me falarem numa baixa de preços, na tal redução do dez por cento, para um edifício de um particular, não me choca muito, para um loteamento tenho alguma dificuldade. -----

No que toca a condições de pagamento, o Município ao abrigo de algumas disposições que tem ao seu dispor, já está a facilitar com prorrogações os prazos para levantamento, por exemplo das licenças. -----

O Município é sensível, como todos somos, havendo mecanismos legais possíveis já está a ser permitido que perante um requerimento, sejam alargados os prazos para levantamento das licenças. -----

Quanto ao gabinete de crise, percebo a existência de um gabinete de crise, mas a Câmara já está munida um serviço de acção social, já tem algum trabalho feito nesta matéria e o gabinete em si, não sei se será essencial. -----

De qualquer modo, olhando para as várias sugestões que aqui temos, há pouco comecei a fazer uma nota sobre algumas delas, já foi referido que relativamente à questão do IMI, para o ano corrente, a deliberação está tomada e portanto, não é possível revertê-la. -----

Quanto ao realojamento e apoio a habitações degradadas com famílias de poucos recursos, é uma política que tem sido seguida ao longo dos últimos tempos, não só pelo Executivo Municipal mas também, pelos Executivos das Juntas de Freguesia, tem havido um trabalho de acompanhamento das famílias carenciadas e há um protocolo específico sobre essa matéria de recuperação de habitações degradadas, nomeadamente habitações que estão a ser atribuídas a famílias carenciadas e que, tem tido um trabalho que considero meritório. -----

Ainda relativamente a outros pontos desta proposta, o trabalho da acção social está a ser feito e, em articulação com as Freguesias, em articulação com as IPSS do concelho, tem havido um esforço acrescido, ao que sei, para minimizar as dificuldades que se vêm sentindo nos tempos mais recentes. -----

Quanto ainda às propostas que surgem e no que respeita à dispensa de garantia bancária para a adjudicação de obras, não sei se a lei permite isto, agora uma coisa eu sei, se é difícil às vezes fazer cumprir os cadernos de encargos, os prazos das obras, gerir as dificuldades que as empresas que apresentam garantias bancárias já têm, imaginemos como é que se vai fazer, sem essas garantias. -----

Nós quando estamos a olhar para aqueles com quem trabalhamos, também temos de salvaguardar, os interesses do Município que são também os interesses do munícipes e se por um lado, temos de ter atenção às pequenas empresas que trabalham com o Município, também temos de salvaguardar os dinheiros públicos, também temos de salvaguardar os interesses de todas as partes. -----

Tem havido algumas dificuldades, como os senhores devem saber, pela leitura das actas do Município, em levar a bom porto algumas obras dentro dos prazos razoáveis e se, não houver algumas salvaguardas e uma das possíveis, é a garantia bancária, é muito mais difícil ao Município garantir o interesse de todos nós. -----

Obviamente que nós podemos exigir as obras, mas, o nosso poder é apenas de reclamar as obras, como por exemplo, da Esquadra, ou do Centro de Saúde, mas é preciso que alguém nos oiça, como teria sido preciso, que nós soubéssemos atempadamente que podíamos dever muito dinheiro por aí, para conseguirmos recorrer ao programa de regularização extraordinária das dívidas do estado, porque afinal de contas, nós até vamos conseguindo pagar às empresas com quem trabalhamos. -----

Infelizmente devemos pouco, como me dizia o Senhor Presidente da Câmara há pouco tempo, porque o Entroncamento só conseguiu ser contemplado, com a possibilidade de recolher entre instituições de crédito e estado, quatrocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e oitenta e um euros, para suportar encargos relativamente a dívidas, que pudessem ser chamadas como tal, quando o concelho aqui ao lado,

conseguiu dever neste mesmo pacote e, ter acesso neste mesmo pacote, qualquer coisa como quase doze milhões de euros. -----

De facto nós devemos muito pouco, é bom para aqueles que trabalham connosco e quero que continue a ser bom assim, porque de facto, as pessoas que trabalham connosco sabem, que na medida do possível, vamos pagando e não vamos dando passos muito maiores do que as pernas. -----

É talvez um desabafo, mas é um desabafo que no meio de tanta dificuldade, acaba por me satisfazer. “ -----

Continuou o Senhor **António Ferreira**: “ Ouvi com atenção a intervenção da Doutora Isilda Aguincha, e de facto estou de acordo com a maior parte das questões que levantou. -----

De facto, algumas medidas já estão a ser implementadas no concelho, por exemplo o ponto um, o realojamento dos carenciados, foi feito um esforço em colaboração com a Junta de Freguesia, no sentido de intensificar a recuperação de algumas casa de habitação, no chamado bairro da Câmara. -----

A questão tem a ver com a evolução da própria crise, a necessidade de dar resposta a algumas situações que vão aparecendo e que talvez vá aparecer com mais força no futuro, com o aprofundamento da própria crise. -----

Em relação às garantias, nós também somos pelas garantias, aliás, noutros tempos uma das propostas que está aqui, nós fomos frontalmente contra ela, em condições normais somos contra ela e nós exigimos garantias para as operações de loteamentos habitacionais ou industriais afectar lotes para o Município. -----

As empresas não podem recorrer ao crédito porque os bancos não lhes dão o crédito é uma situação temporária, porque esta situação, nós no passado estivemos contra ela, no passado exigíamos as garantias bancárias e não aceitávamos a afectação de lotes, neste momento, a situação é totalmente diferente e é uma medida temporária. –

Em relação a esta questão na adjudicação das obras, a dispensa das garantias bancárias, é só para obras a nível do solo, é importante arranjar facilidades para que estas empresas continuem a laborar. -----

Em relação aos empréstimos, as Câmaras são das poucas entidades que ainda têm acesso ao crédito, com um spread extremamente elevado mas teve acesso a ele e portanto, se nós podermos por esse meio, pagar rapidamente aos fornecedores estamos a aliviar essas empresas, estamos a permitir a sobrevivência dessas empresas neste momento.” -----

Prosseguiu a Senhora **Maria Isilda**:” Isto é uma proposta de recomendação, acho que esta nossa reflexão foi importante, não sei se justifica votarmos este documento, já se percebeu que todos nós queremos ajudar a encontrar soluções, mas, há aqui algumas questões, que se calhar alguns de nós não votarão. -----

Sugeria que este documento fosse remetido à Câmara Municipal como um documento de trabalho e que sobre ele pudesse haver uma reflexão e eventualmente a adopção ou o encaixe de algumas destas medidas nos problemas de trabalho no dia a dia, mas, sugeria que não fizéssemos a votação deste documento. “-----

Respondeu o Senhor **António Ferreira**: “ É uma proposta de recomendação, que nós entendemos que deve ser votada, cada força política aqui, tem que tomar a sua posição em relação a estas questões, independentemente de a Câmara depois achar por bem ou não, implementar determinados pontos que estão aí. -----

Independentemente de algumas forças políticas, não estarem de acordo com um ou outro ponto, também não são eles que vão decidir, porque é a própria Câmara que depois vai decidir em relação à implementação destas propostas. “-----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta de recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A Proposta de Recomendação foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

A Senhora **Maria Isilda** apresentou a seguinte declaração de voto: “ Em termos genéricos o Partido Social Democrata, não tem oposição clara ao documento em termos globais. -----

De qualquer modo, pontos como o ponto dez da proposta, ou o ponto oito no que respeita aos loteamentos, não são de forma alguma aceitáveis para nós e portanto, salvaguardando questões que não são exclusivamente direccionadas para as dificuldades sentidas, nós entendemos votar na generalidade do documento, mas ressalvando, que há situações com as quais não concordamos.” -----

A Senhora **Teresa Martins** apresentou também a seguinte declaração de voto: “ Em nome da Freguesia de São João Baptista, concordamos também com todo o documento, também já nos apercebemos, como toda a gente sabe, somos a linha da frente quando as pessoas precisam de alguma coisa, a primeira porta onde batem é nas Freguesias, sendo que, a Freguesia de São João Baptista já tomou uma atitude em relação a esta questão, que gostava de deixar aqui nota sobre isso. -----

Fizemos uma parceria com uma IPSS, para ajudar a minimizar a crise. -----

No global concordamos com esta proposta da Coligação Democrática Unitária, porque penso que em conjunto e em equipa poder-se-ão ver os casos mais pormenorizados e ajudar as pessoas que efectivamente precisam. “ -----

Também o Senhor **Ferreira Marques** apresentou a seguinte declaração de voto: ” A bancada do Partido Socialista absteve-se porque considera, na obstante haver propostas que têm valia, no conjunto verificámos que há algumas propostas que são irrealistas, não correspondem à satisfação de algumas realidades que são importantes. –

Tendo em conta o conjunto global, fizemos a abstenção. “ -----

Entrou-se no ponto número cinco da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pediu a palavra a Senhora **Fátima Roldão**:” Não me vou pronunciar exactamente sobre a informação que consta no documento, mas sim, sobre a informação que não consta. -----

Este documento basicamente reporta-se a questões relacionadas com obras, empreitadas, loteamentos, chegando até ao preciosismo de contabilizar o número de faxes e mail`s enviados e recebidos. -----

Há uma informação que não consta e que eu reputo de muito importante, que o Bloco de Esquerda acha fundamental uma politica municipal, nomeadamente acção social, parcerias com o associativismo, desporto, politicas sociais, habitação social, actividades relacionadas com politicas juvenis, actividades relacionadas com a rede escolar, todos estes pontos estão omissos neste documento, gostaríamos de saber se nada se passa de importante nestas áreas. -----

De facto, em alguns aspectos, como é o caso da cultura, até compreendemos que nada conste no documento do Senhor Presidente, pois na realidade, não se passa mesmo nada significativo, como é possível observar pelas últimas agendas culturais. -----

De qualquer forma, gostávamos de ser esclarecidos sobre a intencionalidade e os verdadeiros objectivos desta informação e perceber o seu carácter tão restritivo e tão pouco abrangente, relativamente às políticas globais em que um Município responsável deve actuar. “-----

Continuou o Senhor **Pato das Neves**: “ A Lei das Autarquias Locais, postula no ponto quatro do artigo sexagésimo oitavo, que da informação do Senhor Presidente devem constar obrigatoriamente informação sobre os processos judiciais pendentes e o estado actualizado dos mesmos. -----

Analisando a informação do Senhor Presidente, depreendemos que não há nenhum processo judicial pendente, será verdade? Ou será uma manobra de ocultação inaceitável para a nossa bancada?” -----

O Senhor **António Ferreira** referiu: “ Há áreas da Câmara onde a informação não chega com alguma regularidade e bem estruturada. -----

Há outras áreas da Câmara em que a informação nem nos chega, por exemplo esta questão da cultura o conceito em actividades culturais, não podemos dizer que não tem, tem actividades culturais. -----

Outra questão que queria levantar, é uma informação que vem aqui sobre a dívida da Câmara, onde diz que os fornecedores com conta corrente, a Câmara está a dever novecentos e oito mil euros, aos fornecedores com factura em conferência oitocentos e trinta e nove mil euros, são dados que reportam a trinta e um de Dezembro. -----

Neste momento com as obras que estão a decorrer, estes valores já devem estar muitíssimo mais altos. -----

Em relação à dívida com factoring, leasing, empréstimos médio e longo prazo, nos empréstimos médio e longo prazo, são sete milhões de euros, o que não é um valor muito avultado, houve uma preocupação ao longo do tempo, da redução deste valor. ----

No entanto, estes fornecedores com conta corrente e fornecedores com facturas em conferência é que estão a sofrer neste momento e portanto, é esta dívida que a Câmara tem obrigação de diminuir e passar para uma dívida de médio longo prazo, que é aquilo que a gente fez com o empréstimo, que foi transferir das rubricas destes fornecedores da conta corrente e factura em conferência, para dívidas a longo prazo.“ –

Prosseguiu a Senhora **Maria Isilda** que referiu: “ Na sequência da informação de há pouco, que por exemplo nesta informação do Senhor Presidente e pese embora a crítica que foi feita, a haver muita informação das obras e não haver de outras áreas, na página dezassete diz assim: “*Autorizado o pedido de prorrogação do prazo para proceder ao levantamento do Alvará por seis meses*”, é um pouco de resposta ao documento de que falávamos anteriormente, isto é, está a ser tida em atenção a dificuldade que neste momento há, da parte daqueles que trabalham nomeadamente com alvarás e licenças no âmbito do Município. -----

Relativamente aos processos judiciais pendentes, o Senhor Pato das Neves, que é o homem dos computadores, a última informação do Senhor Presidente dizia assim:”Relativamente à última informação prestada há a referir o seguinte: Acção

- refere nomes, não vou estar a ler isto tudo, penso que o Senhor tem isso em seu poder
- Recurso Contencioso de Anulação, Recursos Hierárquicos” e dá o nome das coisas, nesta informação só diz: “ Relativamente à última informação prestada apenas de se refere que não existe qualquer alteração, quererá isto dizer que, para além daqueles dois processos, não deve existir mais nenhum. -----

Acreditando que os serviços não mentiram ao Senhor Presidente, não lhe ocultaram dados, porque ele também só reporta a informação de acordo com aquilo que os vários serviços, lhe dão como bom, não esperemos que o Senhor Presidente escreva o texto todo sozinho, sem garantias de que a informação bate certo e portanto, temos o documento da sessão anterior, que nos dá esta informação. -----

Quando o Senhor Engenheiro abana a cabeça, significa que está a questionar a seriedade desta informação e isso levanta-me alguma dificuldade, porque acredito que o Senhor Presidente da Câmara, não omite aquilo que à data da informação estava nos serviços. -----

Relativamente à actividade do Município em termos gerais, gostava de dizer, que só lamento de facto, que aquilo que estamos a viver neste momento no concelho, não tenha sido possível mais cedo. O Município fez o trabalho de casa, infelizmente os processos demoraram muito mais a chegar, ao começo das obras que foram planeadas em tempo para se executarem e portanto, espero que haja a capacidade de todos nós, em especial do executivo, de fazer com que as diversas empreitadas que estão em curso se cumpram da melhor forma possível, sabendo nós, das dificuldades que algumas das empresas que ganharam os concursos, estão a ter para gerir os processos e isto é o problema da situação económica, é que as empresas apresentam melhores custos para as obras, apresentam condições para ganharem os concursos e depois, apresentam também as dificuldades da conjuntura para satisfazer as suas obrigações. -----

Relativamente a outras questões daquilo que vai sendo a actividade do Município, gostava de me congratular com uma actividade que é nova no concelho, mas que, é também um sinal na área do ambiente, que é um ponto de recolha a funcionar nas oficinas municipais, que também está a ser divulgado pelas escolas, no que respeita à recolha de lâmpadas usadas, a articulação de trabalho com escolas e agrupamentos, no que toca à recolha de óleos alimentares, que é um projecto que já não é novo no concelho e que está em continuação e também é no concelho, que está a ser feito no âmbito do ponto electrão e que está a permitir na escola secundária do Entroncamento, a recolha de material electrónico para reciclar, não só dos alunos, mas de toda a comunidade que pretenda participar nessa recolha e que conta também obviamente com o apoio da Autarquia. -----

Quanto à cultura e porque foi falado na cultura, tal como poderia ter sido falado na educação, ou na juventude, a cultura vai-se fazendo no dia a dia, de facto, a cultura tem tido um pormenor, é que tem tido um espaço de divulgação através dos serviços de comunicação da Câmara, através do próprio site do Município e se calhar, não faz sentido estarmos a repisar a informação vezes sem conta. -----

Se o Senhor Presidente tivesse trazido aqui um documento com mais de trinta páginas, a falar de mais algumas coisas, diriam que estava em campanha eleitoral, como não escreveu as coisas todas no documento, quando elas públicas, então, acusa-se o Município de estar a omitir a informação. -----

Devo dizer-lhes que participei no último Conselho Municipal de Educação, em representação desta Assembleia, felizmente que aconteceu, porque no limite, quando já estava a cumprir-se o tempo regulamentar chegou o elemento indispensável para cumprir o quórum. Não foi possível termos presente o representante do Ministério ou da DREL, como a lei determina, que devia fazer uma informação ao Conselho daquilo que é a evolução da educação no concelho, de qualquer modo o retrato da vivência na área da educação no concelho, mas também já nos habituámos a isso, ou não vem, ou não faz. -----

De qualquer modo, nessa mesma reunião, foi aprovada uma moção, que entretanto penso que já foi enviada para os diversos órgãos identificados à data, relativamente ao processo que decorre neste momento na área da educação, nomeadamente o processo de avaliação de desempenho docente e do estatuto da carreira docente, participei nessa reunião e votei essa moção. -----

Era uma informação que entendia dar à Assembleia, e aproveitei este momento para o fazer, tal como devo informar a Assembleia, penso que alguns dos membros estão informados disso e desculpe-me Senhor Presidente, que esta parte era no seu espaço e no seu tempo, realizar-se-á na segunda feira, em Tomar, a tomada de posse da Assembleia da Comunidade Inter-Municipal do Médio Tejo. “ -----

Respondeu o **Senhor Pato das Neves**: “ Claro que tenho presente os processos, que foram descritos na penúltima informação do Senhor Presidente, a única coisa que pretendo saber, é se não há processos pendentes. -----

Quero também dizer à Doutora Isilda, naturalmente que esta informação é prestada pelos serviços, mas o responsável político pela informação, é o Senhor Presidente da Câmara.” -----

O Senhor **Ferreira Marques** referiu: “ De facto, constatasse que a Câmara Municipal, apresenta no domínio da cultura alguns serviços prestados à comunidade. ---

Contudo, são para comprar pacotes de cultura, porque não vemos no Entroncamento, dinamização cultural, ou seja, cultura feita pelos entroncamentenses, nesse domínio não auguro grandes mudanças, não verifico até agora, grande dinamização por alguém. -----

De facto, comprar pacotes de cultura já feitos, não acrescenta grande coisa à dinâmica cultural local, é sempre a mesma coisa. “-----

Referiu o Senhor **Mário Eugénio**: “ Não queria deixar passar esta oportunidade, sem fazer um pequeno comentário, a uma afirmação da Doutora Isilda Aguincha, com a qual não estou nada de acordo. -----

Refiro-me ao exagero que ela colocou na frase que disse há pouco, que para dar toda a informação seriam necessárias mais de trinta páginas e se tivesse mais de trinta páginas, achávamos que a informação era longa, obviamente que sim. -----

Em tempos fui crítico disso, fui muito crítico do tipo de informação que nos era prestada aqui há uns anos atrás e depois, também já o disse aqui, que valorizava as informações que o Presidente actual dá, mais pequenas, mais concisas e de melhor leitura. -----

Não são precisas mais de trinta páginas para se dar este tipo de informação, de certeza que há informação importante, que ele pode dar em mais uma página.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões colocadas. “A Coligação Democrática Unitária falou aqui no caso do património, para termos cuidado na revisão do PDM, vamos ter cuidado nisso. -----

Foi levantado um problema à Câmara, há quatro anos sensivelmente, na altura eleitoral, sobre a casa do Indigentes, quero dizer, que só ontem, eu próprio fui fazer a escritura para registá-la em nome do Município. -----

O edifício Camões preocupa-me muito, criámos com a REFER um protocolo de intenções, para que fosse cedido à Câmara o Armazém de Viveres, entendi que seria bom para o Museu e portanto, tem a finalidade que tem, a Fundação recebeu-o para ser o primeiro pólo do Museu. -----

Em relação à Escola Camões, também nós pretendíamos que ela em tempo oportuno tivesse sido entregue à Câmara, não foi, temos criado expectativas por grupos

de trabalho que se vão criando todos os dias na REFER, para definir o espaço do Entroncamento, isso ainda não foi resolvido. -----

Na Câmara Municipal foi criada uma comissão, proposta por mim, com um membro de cada partido com assento na Câmara, para junto da REFER tentarmos arranjar uma solução para aquele espaço, o que não é fácil, não há dinheiro do QREN, como se falava anteriormente, que havia QREN para tudo, não há dinheiro do QREN para recuperar um edifício daqueles, nós temos uma noção de quanto é que custa recuperar um edifício daqueles. -----

Em relação ao QREN e porque se falou aqui do empréstimo, quero dizer que em Coimbra, na passada semana, foi assumido que a política de cidades a regionalização urbana, onde o Entroncamento se candidata é uma política de cidades e sendo uma política de cidades, o Governo também decidiu, foi dito pelo representante do Governo, que primeiro são as cidades grandes dentro da política de cidades, nós somos, de facto na região centro, a cidade mais pequenina ou um Município maior dos mais pequenos, puseram-nos nos maiores, não temos nada contra isso. -----

Fizemos uma candidatura, que foi aprovada e depois rejeitada em termos de comparticipação por falta de enquadramento financeiro, o pacote que o Governo pôs à disposição, não chegava ao Entroncamento, nem a outras Câmaras e portanto ficámos em décimo segundo lugar, entre outras que foram rejeitadas e só foram aprovadas seis.-

Fizemos uma segunda candidatura, o Senhor Secretário de Estado mandou abrir uma candidatura de imediato, para contemplar mais oito Câmaras, vamos ver o que é que isso vai dar e por isso, vem o tal empréstimo. -----

Foi assumido por esta Câmara fazer estas obras, quero dizer que todas as obras que foram feitas aqui, e faço justiça ao Bloco de Esquerda que de facto votou contra porque acha que é um dispêndio muito grande, gastar dinheiro numa escola de educação rodoviária, salvo essa, todas as outras foram aprovadas por unanimidade. -----

Portanto, o empréstimo serve para nós assumirmos ao contrato que me foi proposto aqui, que parássemos algumas obras, foi o Partido Socialista que propôs, quando o nosso Primeiro Ministro diz que deve haver emprego público, deve haver obras públicas, foi-me dito aqui que o melhor era pararmos com algumas obras, depois de elas terem sido lançadas, adjudicadas, terem ido ao Tribunal de Contas e estarem em execução, não me revii nisso e portanto temos aqui um empréstimo para suportar as obras do QREN. -----

A Câmara vai fazer uma escola integrada jardim de infância e primeiro ciclo, na freguesia de São João Baptista, no dia que a empresa ganhou, no dia seguinte tinha lá os bancos a propor-lhe para fazer empréstimos para vir fazer a obra à Câmara Municipal do Entroncamento, dissemos que não era necessário isso, a Câmara iria fazer um empréstimo específico para a educação, de facto para nós também, como para o Governo é uma prioridade, para nós também, o Entroncamento é uma prioridade as escolas, não regateará esforços para fazer esses edifícios. -----

Quero dizer aqui, que todas as empresas que estão a fazer obras para o Entroncamento, os pagamentos estão em dia, já reafirmei aqui, já me foi pedido várias vezes, eu não minto, estou aqui por bem e cumpro as deliberações da Câmara e da Assembleia, o dinheiro da alienação do terreno, é e só para as obras de investimento. ---

Todos os empreiteiros que fazem obras no Entroncamento, têm as contas em dia, poderá ser, estarem em conferência, foi feito o auto mensal, tem que ir à reunião de Câmara essas coisas são processuais. -----

Temos aqui um caso muito concreto, desta obra, da Praça da República e outra que a empresa ganhou, que é o parque radical que ainda não começou, esta empresa tem

os funcionários em greve e eu dou a cara e vou lá ter com eles a dizer-lhes que a Câmara Municipal do Entroncamento, não deve um cêntimo a esta empresa. -----

Quero dizer aqui, que estas duas obras, a Praça da República e o Largo José Duarte Coelho, demorou mais tempo já, do que fazemos o parque de estacionamento da Praça Salgueiro Maia. -----

Também se falou aqui para não utilizarmos o empréstimo todo, mas quero dizer aqui, que nós temos dois milhões de euros, esses sim certos, no contratualizado baixou em relação ao terceiro quadro comunitário, não quero perder esse dinheiro, desde que seja um cêntimo para o Entroncamento a fundo perdido, procurarei arranjar sempre a contrapartida do Município. -----

Toda a manhã se falou aqui da crise, hoje já sabemos que ela está instalada e até que enfim que de facto o Governo nos falou verdade, dizendo que havia recessão, afinal andávamos todos iludidos. -----

Sobre o número de páginas na informação, tudo bem, não me tenho preocupado muito e disse-o no passado sobre esta parte da cultura. Tudo o que nós divulgamos é público e não há necessidade de vir à Assembleia, cumprimos a agenda cultural é colocado no site da Câmara, mas portanto terei o cuidado de rever essa posição. -----

Foi falado aqui no Centro de Saúde, quero assumir que este processo foi mal conduzido. -----

O ano passado no aniversário dos Bombeiros, muito incomodado o Senhor Governador Civil, veio cá dizer ao Entroncamento, despropositadamente, não tinha nada a ver com o aniversário dos Bombeiros, trazia um recorte de jornal, puxou dele, e disse, eu assumo aqui que a obra do Centro de Saúde começa em dois mil e oito, não começou, foi tentar uma fuga para a frente, nunca fomos consultados. -----

Lançaram o concurso e não enviaram à Câmara Municipal o projecto, foi ontem informado pelos serviços. -----

Lançaram um concurso para um espaço Municipal, por acaso o terreno até é nosso e não nos passaram cartão nenhum a vir à Câmara Municipal, apresentar o projecto, é só para terem uma noção como as coisas decorrem neste País. -----

O terreno do Centro de Saúde não está em nome da Administração Regional de Saúde, nem no Ministério da Saúde, são processos que estão em Tribunal, que na minha informação anterior vinha lá, porque tomaram conta do terreno e nunca resolveram a situação. -----

Neste momento estamos a tentar resolver em três situações, para entregarmos o terreno, resolver com duas entidades anteriores a Casa José Marques Agostinho e o Senhor Carlos Madeira, que já faleceu e portanto com os herdeiros, e com a Firma Industria e Comércio e Produtos Alimentares, que fez um Plano de Pormenor para ali, ter que ceder o terreno conforme está previsto e vai depender da boa vontade dele, mas vai fazer isso, porque podia não o fazer enquanto não levantar o loteamento, não tem que dar terreno nenhum. Estão os três consultados, estamos a tratar do assunto, porque agora a Administração Regional de Saúde diz, só se o terreno estiver em nome deles é que faz as coisas. -----

Tenham a noção correcta do que é trabalhar com organismos do Estado, sobre esta matéria, nós quisemos comprar o posto de viação e transito, para fazer aquela rotunda, tivemos que o pagar, mas pior que isso, na curva da estrada nacional três, nos terrenos do quartel, há dois anos que ando a tratar desse assunto, temos que pagar o terreno no valor de quatro mil euros, e não podemos fazer nada, porque ainda não foi publicado no Diário da República, isto há dois anos e portanto estão a agarrarem-se a um caso muito concreto deste terreno e o Senhor Doutor António Ferreira sabe

perfeitamente, porque estava nesta casa, que já tivemos cá o Doutor António Branco a discutir isso, já foi para o olho da rua, já voltou e já saiu agora e o assunto ainda não está resolvido, vejam só o tempo que estas coisas demoram com as entidades do Estado.

Quero informar o Bloco de Esquerda, que os serviços do Ministério da Administração Interna, fizeram uma visita na semana passada, comigo, ao terreno para a implantação da Esquadra da Polícia e aprovaram o terreno que a Câmara colocou à disposição. -----

Vou esclarecer aqui só os assuntos que consigo, os outros, farei por escrito. -----

A rotunda do Portugal dos Pequeninos, já foi aqui apelidado uma coisa dessas na altura, quando foi feita uma rotunda junto ao Centro de Convívio é uma rotunda dentro do espaço, que outras administrações desta casa nos deixaram e portanto, dentro disso vamos tentar resolver todas essas situações. -----

Aquela reúne todas as condições técnicas, as pessoas ainda não se aperceberam porque ainda não foi alcatroada, que tem uma escapatória de um metro, portanto a rotunda é definitiva. -----

Sobre o edifício das obras Municipais, assumo que não tem recepção definitiva, tem a recepção provisória feita. -----

Sobre o terreno junto ao Pingo Doce, perguntam se é propriedade da Câmara ou propriedade privada, se for privado em que condições foi cedido à Câmara, se é privado não foi cedido à Câmara, nós depois tentaremos esclarecer isto. -----

A certificação de qualidade dos serviços da Câmara, parámos com esse processo, mal feito, na altura o FORAL veio aí a correr, também entrámos neste processo, neste momento o processo está parado. -----

O Ensino Superior no Entroncamento já foi respondido, mas vou responder novamente. -----

A Câmara Municipal do Entroncamento assinou e os Senhores Vereadores já receberam isso, com Lusófona um protocolo para o ensino superior no Entroncamento, o Presidente da Lusófona, o Senhor Manuel Damásio veio ao Entroncamento para voltar para o nosso concelho o ensino superior, só que não se fala aqui, quando é que foi perdido, não foi no tempo do Partido Social Democrata, assinámos o protocolo, o Senhor Vereador da área da educação, teve uma reunião com o vice-presidente da REFER, tripartida REFER, Câmara e Lusófona, foi pedida qual era a situação, a REFER iria estudar toda aquela situação e queria ser parceira, aguardamos que essa entidade diga alguma coisa, mas, já fizemos para lá uma consulta por escrito, que foi aberto o e-mail, temos conhecimento que o jurista do processo o abriu, mas ainda não tivemos resposta. -----

O Conselho Municipal de Segurança, com a mudança do comando da PSP, não se fez a reunião em tempo útil, iremos fazer e irei ter cuidado de ver isso, há uma acta que poderemos enviar, para serem informados das decisões que foram tomadas. -----

Sobre a venda do terreno de vinte mil metros quadrados, que era para uma escola, não era nada para uma escola, o terreno nem estava em nome da Câmara, para uma escola é no bairro Camões está no PDM e toda a gente o pode consultar, esse sim, é o espaço de equipamento escolar no antigo campo de futebol, agora aquele não era um terreno para uma escola, que nem estava escriturado e escriturou outro terreno para fazer a escola de educação rodoviária e para fazer o jardim de infância. -----

É deixado aqui no ar, é pena não estar cá hoje o Senhor Vereador Alexandre Zagalo, que não subscreve algumas coisas e esta também não subscrevia, do Senhor Vereador Estrada que fez aqui umas afirmações numa reunião, das quais já recebeu resposta e vou explicar aqui hoje o seguinte: -----

O terreno para ser alienado, tinha que ter duas coisas, das duas uma, ou tinha uma maioria de dois terços na Câmara, ou se não o tivesse, que foi o caso, vem à Assembleia Municipal, a lei é clara, já pedimos pareceres e outras coisas para estarmos descansados.

Em relação ao empréstimo, foi falado aqui na situação difícil da Câmara, como nas nossas vidas particulares, nada é fácil, assumo isso, mas assumo também que a Câmara do Entroncamento está de cara levantada em todo o lado, assim como todos os autarcas. -----

Já aqui foi dito e vou repetir, a Câmara do Entroncamento não chegou a receber quinhentos mil euros para dívidas, há Câmaras e assumo abertamente porque é publico, a Câmara de Torres Novas recebeu doze milhões de euros, recebeu mais do que nós temos de dívidas no total, para aquelas dívidas do dia a dia, de facto nós até à data, somos exemplo, estávamos a pagar em média a sessenta e três dias, não são dados feitos por nós, foi feito pela DGAL, se calhar, agora é menos. -----

Também foi assumido aqui pelo Partido Socialista, que parte das obras não são prioritárias. -----

Quero dizer que, quando fui oposição, quando as coisas não eram aquelas que eu queria, votava contra e assumia porque é que votava contra, estas obras foram aprovadas por unanimidade. -----

Em termos de candidaturas, fala-se aqui muito do Estado, Governo, QREN, Câmara, vejam a vergonha a que isto chegou e assumo aqui abertamente, o primeiro concurso que houve para a regionalização urbana, foram só quatro Municípios, num leque de vinte e sete, foram só quatro contemplados, era a setenta por cento de participação, neste momento temos mais pontuação se no lugar de ser os cinquenta e um por cento que é a média, se tivermos de facto quarenta e cinco por cento, a nossa candidatura que seguiu para o mais centro, foi a quarenta e cinco por cento, isto é uma vergonha. -----

O Senhor Pato das Neves, queria saber se há recursos hierárquico e processos judiciais pendentes, se havia pendentes ou não, estava na outra informação, se é para debitarmos informação, cá estaremos para debitar, diz aqui: *“Serviços Jurídicos – Processos Judiciais pendentes – Relativamente à última informação prestada, apenas se refere que não existe qualquer alteração”* os funcionários estão sempre disponíveis para responder três e quatro vezes a mesma coisa, no lugar de nos deixar trabalhar, criam alguma dificuldade, para podermos fazer mais e melhor e mais depressa. “ -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos. -----

Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo Primeiro Secretário, vai por ele assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

O 2º. Secretário:

Elaborada pelo Funcionário: Fernando Murcela

